

4.

4.1.

A Condição Humana *Vita Activa*

“Do ponto de vista da contemplação, não importa o que perturba a necessária quietude; o que importa é que ela seja perturbada” Arendt (2005).

Dentre os filósofos contemporâneos destaca-se o pensamento de Hannah Arendt (1906 – 1975), que como ninguém nos últimos tempos descreveu tão bem sobre o homem e sua condição no mundo.

Sua obra *A Condição Humana* publicada em 1958, é considerada como a mais ambiciosa entre tantas outras, por considerar a ação como uma atividade dotada do poder de revelação. E é justamente essa nova compreensão que vem encontrando acolhida no debate das ciências sociais e humanas.

O livro *A Condição Humana* é composto por seis capítulos e um prólogo. Logo no seu início a autora escreve: “O que proponho nas páginas que se seguem é uma reconsideração da condição humana à luz de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes” (2005), não há dúvida que o esforço compreensivo de Arendt voltou-se para o totalitarismo (nazista e stalinista) que a levou a partir da Grécia Antiga até aos tempos atuais a abordar as questões humanas, passando pela degradação e a banalização que essas questões sofreram no decorrer do tempo e suas conseqüências para a vida do homem moderno, que ela considera alienado.

E sua intenção, portanto ao escrever esta obra é a possibilidade de lidar com os acontecimentos traumáticos da época, propor realizar um exercício de compreensão a fim de rever a falência da autoridade política vivenciada naquele momento numa reconsideração crítica do passado, para permitir problematizar a contemporaneidade.

No capítulo quinto de *A Condição Humana*, Hannah Arendt discute a pluralidade humana como condição básica para a ação e o discurso. Cita também que ser diferente não equivale a ser outro. Nesse momento a autora fala da categoria alteridade. Alteridade é a concepção que parte do pressuposto básico de que todo o homem social interage e interdepende de outros indivíduos.

Assim, como muitos antropólogos e cientistas sociais afirmam, a existência do "eu-individual" só é permitida mediante um contato com o outro (que em uma visão expandida se torna o Outro - a própria sociedade diferente do indivíduo). Dessa forma eu apenas existo a partir do outro, da visão do outro, o que me permite também compreender o mundo a partir de um olhar diferenciado, partindo tanto do diferente quanto de mim mesmo, sensibilizado que estou pela experiência do contato.¹

Para Arendt a ação e o discurso, são as maneiras pelas quais os homens podem manifestar-se entre si. Veja-se:

“É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original. Não nos é imposta pela necessidade, como o labor, nem se rege pela utilidade, como o trabalho. Pode ser estimulada, mas nunca condicionada, pela presença dos outros em cuja companhia desejamos estar; seu ímpeto decorre do começo que vem ao mundo quando nascemos, e ao qual respondemos começando algo novo por nossa própria iniciativa” (2005:190).

A faculdade da ação nos insere num mundo novo. No qual tem-se o poder da iniciativa diferentemente do labor e do trabalho. A ação é estimulada, é se impelido a tomar a iniciativa. O agir, o tomar a iniciativa implica uma perspectiva de algo novo, para a autora o novo sempre surge sob o disfarce do milagre. Como a Boa Nova no Novo Testamento que tem como marco divisório o Nascimento de Jesus Cristo.

¹ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alteridade>

Para Hannah Arendt, como já abordei, se existe relação entre ação e discurso seria dar resposta a pergunta que é feita a todo recém chegado: “Quem és” a resposta a este questionamento se revela tanto nas palavras quanto nos atos. Porém, a afinidade entre discurso e revelação é maior que ação e revelação. Para esta afirmação a autora cita Platão que diz que a *lexis* – discurso é mais fiel à verdade que a *práxis* – ação. Mas, a autora afirma ainda que desacompanhada do discurso a ação e seu sujeito perderiam seu caráter revelador: *em lugar de homens que agem teríamos robôs mecânicos a realizar coisas humanamente incompreensíveis* (2005:191).

Na ação a autora encontra a interseção entre o discurso e a revelação da pessoa do quem, pois se os homens não fossem iguais não seriam capazes de entender-se uns com os outros e se fossem diferentes não teriam a necessidade de utilizar a linguagem para entenderem-se uns com os outros, situando aí uma igualdade na diferença.

Somente na ação e no discurso os homens são capazes de mostrarem quem são, revelando suas próprias identidades pessoais e singulares apresentando-se ao mundo humano.

“Esta revelação de ‘quem’, em contraposição a ‘o que’ alguém é – os dons, qualidades, talentos e defeitos que alguém pode exhibir ou ocultar – está implícita em tudo o que se diz ou faz. Só no completo silêncio e na total passividade pode alguém ocultar quem é; geralmente, porém não basta o propósito deliberado de fazer tal revelação, como se a pessoa possuísse e pudesse dispor desse ‘quem’ do mesmo modo como possui e pode dispor de suas qualidades. Pelo contrário, é quase certo que, embora apareça de modo claro e inconfundível para os outros, o ‘quem’ permaneça invisível para a própria pessoa, à semelhança do *daimon*, na religião grega, que seguia atrás de cada homem durante toda a vida, olhando-lhe por cima do ombro, de sorte que só era visível para os que estavam à sua frente” (2005:192).

Estas afirmações fizeram com que me recordasse dos pioneiros dos Centros Sociais com suas palavras e gestos.

Também instigaram um novo questionamento. O Centro Social Semear e Educar está provocando a aparição ao mundo de seus participantes – crianças e famílias ? É importante aceitar esse desafio.

Quando surgiram os primeiros centros sociais o que mais chamava a atenção de seus ‘dirigentes’ era a miséria moral e material que a população local era submetida, o analfabetismo, o alcoolismo, as injustiças sociais vivenciadas pelos trabalhadores das fábricas, a exploração humana.

Os centros sociais procuravam suprir as deficiências da comunidades pela atenção e cooperação dos próprios habitantes no sentido de fomentar naquelas pessoas ideais de liderança, criar laços afetivos nos familiares através de atividades recreativas, culturais e sociais.

Os dirigentes, ao fomentarem em seus usuários o desejo de serem autores das mudanças que desejavam para suas próprias vidas, o faziam através de atos e palavras.

“O Centro Social deve ser ‘ a casa de todos’, o lar ampliado onde cada um se sinta à vontade, participe de seus programas, atue na melhoria de condições de vida familiar e comunitária, realizando-se como ser eminentemente social e, sobretudo, como pessoa humana, tornando-se assim a consciência, o conselho diretivo e a assembléia da comunidade” (1977:08).

De acordo com Hannah Arendt, ação , palavra e liberdade se relacionam intimamente com o espaço público, que é construído com diálogo plural e democrático entre os diferentes.

Quando os centros sociais se colocam como a casa de todos, os seus coodenadores mais do que criarem um espaço físico o fazem com um desejo de que este sejam parte da vida de seus usuários, que estes se sintam parte, “ a condição humana, não é o mesmo que a natureza humana, e a soma total das

atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana não constitui algo que se assemelhe a natureza humana” (Arendt:2005,17-18).

Nos primeiros centros sociais, o convívio entre operários e universitários possibilitou que o grupo partilhassem cada um a sua maneira do algo de melhor que cada um pudesse oferecer. Estreitando laços e fortalecendo vínculos.

Ao iniciar-se as atividades no CSSE o que chamou a atenção foram as crianças em idade escolar fora da escola, sem uma atividade de lazer correndo livremente pelas ruas próxima a sua casas, fora do olhar de seus pais atarefados com seus afazeres e com cuidados das outras crianças. Acreditava que que algo precisava acontecer para enfrentar esse desafio.

As atividades das famílias,foi observado, se restringiam aos afazeres domésticos e aos subempregos, a ausência de diálogo entre os familiares. As queixa das mulheres nas reuniões fazia pensar que as atividades humanas e principalmente a ação que faz do homem agente do discurso necessitava ser revisitada e repensada entre seus membros.

Neste sentido passa a ser exigência conhecer a expressão *vita activa* para a autora. Ela designa três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação.

Diz Arendt:

“O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas no processo da vida.”

“O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural.”

“A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem vivem na Terra e habitam o mundo.” (2005:15)².

² A Condição Humana/Hannah Arendt: trad. Roberto Raposo. 10 ed/5ª reimpressão - 2005

A autora afirma que as três atividades se relacionam nas condições mais gerais da existência humana, tais como o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade.

“O labor e o trabalho, bem como a ação, têm também raízes na natalidade, na medida em que sua tarefa é produzir e preservar o mundo para o constante influxo de recém-chegados que vêm a este mundo na qualidade de estranhos, além de prevêê-los e levá-los em conta” (2005:17).³

Entretanto, Arendt sinaliza que “a ação é a mais intimamente relacionada com a condição da natalidade”. O nascimento representa a chegada do novo e o recém-chegado tem a capacidade de iniciar algo.

Para Hannah Arendt, a ação é a atividade política por excelência. A ação é a característica do homem na condição de homem, característica esta que tem o poder de fazer com que o êle se integre à esfera pública, de fazer com que ele revele quem êle é e inicie novos processos, ilimitados e potencialmente eternos.

“A ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não Homem, vivem na Terra e habitam o mundo”(2005:15)

O Homem enquanto age deixa de ser escravo das necessidades, deixa para trás o labor e o trabalho, para finalmente ser livre. Agindo o Homem desvincula-se do reino doméstico, o *oikos* e entra na *polis*, no espaço político. A própria ação é a liberdade, e por conseqüência só se é livre enquanto no espaço público.

Aristóteles, segundo Hannah Arendt, distinguia três modos de vida escolhidos pelo homem para viver livremente, o labor - modo de vida do escravo, coagido pela necessidade de manter-se vivo; a vida de trabalho dos artesãos livres e a vida aquisitiva do mercador. No entanto nem o labor e nem mesmo o trabalho eram vistos como suficientemente dignos para se constituir o *bios politikos*, pois

³ Idem.

os homens serviam e produziam somente o necessário para sua existência humana.

Em se tratando da *vita activa* esta perde seu significado especificamente político se passa a ser relacionada a todo tipo de engajamento das coisas deste mundo. Não que o labor e o trabalho não tenham sido elevados à condição digna no que se refere a vida política, mas o que acontece é que finalmente a ação passa a ser considerada fundamentalmente necessária para a vida terrena pois a *vida contemplativa* era o único modo de vida verdadeiramente livre.

Veja-se Arendt:

“A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humana; mas, constantemente, as coisas que devm sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos. Além das condições nas quais a vida é dada ao homem na Terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam as suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais. O que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana” (2005:17).

Quando se iniciam as atividades no CSSE em 2004 não se sabia, na verdade, quem apareceria diante de nós. As famílias, embora fossem “famílias” no sentido extenso da palavra traziam cada uma suas características específicas, suas próprias origens, suas histórias, cultura, costumes e como consequência seus filhos e filhas traziam também consigo suas especificidades.

Sendo assim, era importante criar um espaço público para que se revelassem e construíssem seus próprios projetos.

Arendt diz:

“A *vita activa*, ou seja, a vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente” (2005:31).

Para a autora, todas as atividades humanas se dão à medida que os homens vivem juntos criando uma relação especial entre ação e vida em comum.

Uma vez que define a ação como atividade política por excelência a autora faz uso dos pensamentos de Aristóteles e Platão e afirma que com o surgimento das cidades - estados o homem recebera “além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida”.

A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional.

A proposta do pensamento político grego determina uma diferença entre a organização política e formação de uma sociedade naturalmente constituída pela casa e pela família. As atividades exercidas entre os homens e consideradas políticas são a ação (práxis) e o discurso (lexis). Estes eram considerados da mesma categoria e espécie na medida de em que as ações políticas eram realizadas por meio de palavras.

Para Hannah Arendt o que interessa é a compreensão da divisão entre as esferas pública e privada, a que chamou de esfera da *polis* e da esfera da família. O político, ou seja, o viver numa *polis*, significava decidir mediante palavras e persuasão. A violência e a força, por sua vez, eram próprias dos modelos pré-políticos, típicos da vida fora da *polis*.

Para a autora o *zoon politikos* de Aristóteles seria o oposto da associação natural de uma vida em um lar. A *polis* se distingue da família, pois é um espaço de igualdade enquanto que a família é de desigualdade. Lê-se em Arendt:

“A polis diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer ‘iguais’, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar” (2005:41).

A autora afirma que dentro da esfera da família era impossível existir liberdade, pois seu dominante, o chefe da família somente poderia ser considerado livre a medida que pudesse deixar o lar e ingressar na esfera política.

Para Arendt o que é público pode ser visto e ouvido por todos. O que é público é próprio do mundo e enquanto mundo é-se em companhia uns dos outros.

Vejamos em Arendt:

“Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública, em comparação com a qual até mesmo a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo, com os seus respectivos aspectos e perspectivas” (2005:47).

Por outro lado no espaço privado o homem não se dá a conhecer, e, portanto é como se não existisse. Segundo a autora:

“O caráter sagrado dessa privacidade assemelhava-se ao caráter sagrado do oculto, ou seja, do nascimento e da morte, o começo e o fim dos mortais que, como todas as criaturas vivas, surgem e retornam às trevas de onde vieram. A feição não-privativa da esfera doméstica residia originalmente no fato de ser o lar a esfera do nascimento e da morte, que devia ser escondida da esfera pública por abrigar coisas ocultas aos olhos humanos e impenetráveis ao conhecimento” (2005:72).

Durante muitos séculos a família foi esse espaço de total segredo. Toda violência e ausência de direitos estiveram resguardados pelo manto sagrado do

silêncio, vergonha e falso lar doce lar. No entanto, aos poucos o muro de silêncio foi vindo abaixo. E a família foi se revelando. As mulheres foram conquistando seu direito a voto, conquistando seu espaço no mercado de trabalho e livre arbítrio sobre o direito ou não à concepção.

Esfera privada onde pouco ou quase nada vinha a tona. Ao homem cabia o prover do lar, o sustento da mulher e dos filhos. A mulher cabia o silêncio, a submissão e a total obediência ao esposo, assim como os cuidados da prole e dos membros idosos e enfermos da família.

Aos poucos o ‘quem’ a que a autora se refere foi se revelando. E cada vez mais os espaços que favoreçam e esta revelação devem ser criados. As mulheres se revelam e se fortalecem e conseqüentemente as crianças poderão ter ganhos consideráveis uma vez que o espaço familiar se revela positivamente acolhedor e possibilitador de questionamentos e aquisição de direitos. A convivência saudável entre os membros de uma família deve ser conquista diária.

Para Arendt:

“Esta qualidade reveladora do discurso e da ação vem à tona quando as pessoas estão com as outras, isto é, no simples gozo da convivência humana, e não ‘pró’ ou ‘contra’ as outras. Embora ninguém saiba que tipo de ‘quem’ se revela ao se expor na ação e na palavra, é necessário que cada um esteja disposto a correr o risco da revelação; e nem o praticante de boas ações, que precisa ocultar sua individualidade e manter-se em completo anonimato, nem o criminoso, que precisa esconder-se dos outros, pode correr o risco de revelar-se” (2005:192-193).

Estar entre os seus favorece e possibilita a revelação através da ação e do discurso. Estar com os outros possibilita o fortalecimento individual e do conjunto. Segundo a autora embora o homem não saiba o que em si se revela, existe a necessidade que cada um esteja disposto a se revelar. Isso se dá em pleno gozo da convivência humana.

4.2 Educação – Crise e Mudança Social

As atividades diárias do Centro Social são planejadas pela equipe. Sempre se fez questão de deixar claro para os pais que o CSSE não é uma escola e que as atividades têm como proposta desenvolver o potencial das crianças através de atividades lúdicas e pedagógicas.

Em 2004, sempre volto a esse começo, quando iniciamos as atividades, além do assistente social tinha-se como educadora uma professora formada. A maioria das crianças não estava matriculada na rede pública de ensino e somente muito poucos haviam freqüentado alguma creche do bairro.

Optou-se então por realizar atividades que possibilitassem criar nas crianças hábitos para uma rotina que fosse facilitadora para o universo escolar, desenvolvendo nelas hábitos de cidadania e gosto pela cultura e lazer.

De acordo com a Política Nacional de Educação Infantil o espaço de educação infantil deve ser valorizado como um espaço de socialização para as crianças de zero a seis anos:

“Novas temáticas provenientes do convívio da criança, sujeito de direitos, com seus pares, com crianças de outras idades e com adultos, profissionais distintos da família, apontam para outras áreas de investigação. Neste contexto, são reconhecidos a identidade e o papel dos profissionais da Educação Infantil, cuja atuação complementa o papel da família. A prática dos profissionais da Educação Infantil, aliada à pesquisa, vem construindo um conjunto de experiências capazes de sustentar um projeto pedagógico que atenda à especificidade da formação humana nessa fase da vida” (2006:7).

Acredita-se que quanto mais cedo à criança for estimulada positivamente no que diz respeito ao desenvolvimento psíquico, social e pedagógico menos estranho e temeroso será o espaço escolar para ela.

A criação de vínculos, os desafios da “sobrevivência” longe dos pais um espaço que fortaleça sua identidade e individualidade possibilitará o fortalecimento de sua auto-estima.

No livro, Educação e Mudança de Paulo Freire, o autor reafirma que “a educação não transforma o mundo, a educação transforma pessoas, essas sim mudam o mundo”. Esse mote fez refletir em equipe e juntamente com as famílias sobre o mundo em que se vive, se ele necessita de mudança, que tipo de mudança e como se poderia realizar essa mudança. A resposta surgia clara - através da educação, diz Freire:

“A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto o leva a sua perfeição. A educação, portanto implica uma busca realizada por um sujeito que é homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém” (1979:28).

Percebia-se então que se tinha o melhor da criação – o ser humano. As crianças e seus familiares. Valorizar cada usuário criança, adolescente, adulto, idoso, homem, mulher deveria ser a prática, pois dessa maneira o vínculo seria estabelecido e fortalecido diariamente.

Para melhor conhecer as crianças, buscou-se conhecer também suas famílias, como cada criança era vista por seus pais e demais familiares. Foram priorizados os atendimentos individuais, uma vez que no início a presença nas reuniões era bem pequena.

Aqui, sempre se coloca a Associação em posição de colaboradora a serviço das necessidades que elas apresentam uma vez que a presença da ABSAL não foi um pedido da comunidade, mas sim uma iniciativa de um grupo de jovens que se comprometeram a atuar por numa sociedade mais justa, humana e igualitária.

Por isso, queria-se estar a serviço. Assim as experiências trazidas seriam e são fundamentais numa relação de mútuo aprendizado. Veja-se Freire:

“Por isso, não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorante, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo. É preciso saber reconhecer quando os educandos sabem mais e fazer com que eles também saibam com humildade” (1979:29).

Aos poucos se foi buscando fazer parte do bairro, da comunidade. Conhecer a história da Fabrica Têxtil Confiança, a história das Escolas de Samba, desde sempre sabendo que essas histórias já faziam parte do cotidiano das famílias e da vida das crianças.

Sem querer impor uma presença, mas querendo fazer parte daquela história. De acordo com Paulo Freire sem desejar que as famílias se adaptassem a uma proposta, mas também sem desejarmos ser adaptados ao *status-quo*, para não matar a capacidade de ação.

Diz Freire:

“Uma educação que pretendesse adaptar o homem estaria matando suas possibilidades de ação, transformando-o em abelha. A educação deve estimular a opção e afirmar o homem como homem. Adaptar é acomodar, não transformar” (1979:32).

Buscou-se um constante diálogo. Sempre tendo uma atitude de escuta, acolhimento e solidariedade, uma vez que o nome da Associação é Solidariedade, Amor e Liberdade. Tendo claro que a capacidade criativa do homem é constante. E que as crianças atendidas estavam naquele espaço que deveria ser um lugar onde elas pudessem se fortalecer como seres humanos para assim poder se transformarem em adultos e cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Para Freire:

“Em todo homem existe um ímpeto criador. O ímpeto de criar nasce da inconclusão do homem. A educação deve ser desinibidora e não restritiva. É necessário darmos oportunidade para que os educandos sejam eles mesmos” (1979:32).

Aos poucos se foi estruturando a nossa ação com as crianças. Estabelecendo inicialmente uma rotina diária. Os horários de entrada e saída, horário para lanche, para atividades livres e atividades dirigidas.

No início muitas crianças faltavam e ou se atrasavam, e ouvia-se sempre comentários das mães que não havia problema, pois, as crianças somente estavam ali para brincar. Percebia-se que seria importante fazer reuniões com as famílias onde, refletir-se-ia sobre o desenvolvimento infantil e a importância do brincar.

Como ilustração vale lembrar uma dinâmica onde espalhamos brinquedos pela sala de reunião e as mães e as avós presentes (nesta reunião especificamente não havia homens), deveriam escolher seu brinquedo preferido.

Durante alguns momentos a reunião tomou um ar nostálgico. Algumas falaram da infância pobre, do seu brinquedo preferido, da brincadeira preferida ou até de não ter tido brinquedo. Interpelados sobre os momentos em que brincavam com filhos e filhas, ou se era bom brincar quando criança, aos poucos elas foram contando as experiências vividas com os filhos e com as outras crianças da família. Discutiu-se que muitas crianças hoje em dia não podem brincar e que o brincar é fundamental na vida de todo ser humano, não somente das crianças.

Tentou-se aos poucos não desqualificar a fala das mães, mas mostrar para as mesmas que brincar é também muito importante, problematizando com as experiências das próprias famílias.

Freire diz:

“Deste modo, o trabalhador social que atua numa realidade, a qual, mudando, permanece para mudar novamente, precisa saber que, como homem, somente pode entender ou explicar a si mesmo como um ser em relação com esta realidade; que seu quefazer nesta realidade se dá com outros homens, tão condicionados como ele pela realidade dialeticamente permanente e mutável e que, finalmente, precisa conhecer a realidade na qual atua com os outros homens” (1979:48).

Percebia-se que aos poucos se poderia, a partir da realidade vivida por aquelas famílias, inserir questões fundamentais para uma infância saudável. Pois era fala constante nas reuniões que muitas mães não permitiam que seus filhos brincassem nas ruas, principalmente as famílias que viviam mais próximo ao Morro dos Macacos.

Desejava-se que as mães fossem questionadoras, que aos poucos reconhecessem a ausência de espaço público de lazer onde pudessem estar com sua família de maneira segura.

Percebeu-se que bem próximo ao CSSE existe um Parquinho, com equipamentos destinados a crianças de faixa etária até sete anos de idade. De comum acordo decidiu-se que duas vezes por semana vai-se com as crianças ao Parquinho. Esse espaço tinha um pouco de mato e quase sempre era usado pelos cachorros dos moradores do prédio que o cerca. Essa situação foi alterada pela presença constante das crianças e família.

Aos poucos as crianças da Vila Operária passaram a freqüentar o Parquinho diariamente e não muito raramente percebíamos que já se relacionavam com as demais crianças moradoras dos prédios.

“É necessário, porém que o trabalhador social se preocupe com algo já enfatizado nestas considerações: que a estrutura social é obra dos homens e que, se assim for, sua transformação será também obra dos homens. Isto significa que a sua tarefa fundamental é a de serem sujeitos e não objetos de transformação. Tarefa que lhes exige, durante sua ação sobre a realidade, um aprofundamento da sua tomada de consciência da realidade, objeto de atos contraditórios daqueles que pretendem mantê-la como está e dos que pretendem transformá-la” (1979:48).

Aos poucos se foi inserindo na realidade das crianças do bairro a importância do convívio com outras crianças e que os adultos já respeitavam a placa que proibia a entrada de animais.

No campo da educação a partir dos relatos das crianças e mães, percebeu-se as situações de conflitos vivenciadas pelas mães no tocante aos limites que desejariam dar aos seus filhos, sentem-se incapazes, denotando uma perda de autoridade.

Veja-se o que diz Arendt:

“A autoridade que diz às crianças individualmente o que fazer e o que não fazer repousa no próprio grupo de crianças – e isso, entre outras conseqüências, gera uma situação em que o adulto se acha impotente ante a criança individual e sem contato com ela. Ele apenas pode dizer-lhe que faça aquilo que lhe agrada e depois evitar que o pior aconteça. As relações reais e normais entre crianças e adultos, emergentes do fato de que as pessoas de todas as idades se encontram sempre simultaneamente reunidas no mundo, são assim suspensas. E é assim da essência desse primeiro pressuposto básico levar em conta somente o grupo e não a criança em individual” (1972:230).

Nota-se uma angústia crescente por parte dos pais e principalmente da mãe, e um desejo pela busca de auxílio e igualmente partilhar com o outro seus temores. E a necessidade de escuta e de espaço é vivenciada também pelas crianças. Em certo atendimento realizado pelo Serviço Social do CSSE onde mãe e avó da criança de três anos, ambas afirmavam que a menina precisava de acompanhamento, pode-se observar em poucas semanas de convívio dela com as demais crianças no grupo que a criança já era capaz de respeitar regras e limites estabelecidos entre eles.

Vale ressaltar, que muitas vezes nas brincadeiras livres quando reproduzia a rotina de suas casas a menina reproduzia as brigas durante a separação dos pais que muitas vezes presenciou.

Porém, com o exercício do jogar era como conquistar resiliência. Pois, ao fim de cada brincadeira era capaz de sorrir e vivenciar as demais atividades de maneira tranqüila e sociável com os demais.

Podia-se perceber que tanto ela quanto as demais crianças no grupo era ou são capazes de se fortalecerem desde que o educador ou adulto com quem se relacionam sejam capazes de fortalecê-las individualmente e em grupo.

Para Arendt:

“Se a olharmos do ponto de vista da criança individual, as chances desta se rebelar ou fazer qualquer coisa por conta própria são praticamente nulas; ela não se encontra mais em uma luta bem desigual com uma pessoa que, é verdade, tem absoluta superioridade sobre ela, mas no combate a quem pode, no entanto, contar com a solidariedade das demais crianças, isto é, de sua própria classe; em vez disso, encontra-se na posição por definição irremediável, de uma minoria de um em confronto com a absoluta maioria dos outros” (1972:230).

A autora afirma que a criança sai da tirania do adulto para vivenciar a tirania de um grupo contra quem por superioridade numérica ela não pode se rebelar. Nesse caso vendo pelo prisma pedagógico este pequeno ser aprende então a negociar e mediar conflitos. Seja pelo lugar preferido no assento ao lado de um amiguinho ou na disputa por um brinquedo mesmo que daqui a instantes decida-se por outro jogo, brinquedo ou brincadeira que mais a atrai.

A equipe, educadora e assistente social atenta à dinâmica das relações familiares e a dinâmica de grupo de crianças reatualizam suas ações e discursos. O Assistente Social que atua com a família aos poucos vai estreitando as relações entre pais e filhos. No espaço interno do Centro Social as crianças se fortalecem, vivenciam seus anseios e frustrações, exercitam sua cidadania para quando chegarem ao espaço privado do lar sejam cientes de si e de seu lugar na família.

Arendt observa:

“Os pais humanos, contudo, não apenas trouxeram seus filhos à vida mediante a concepção e o nascimento, mas simultaneamente os introduziram em um mundo. Eles assumem na educação a responsabilidade, ao mesmo tempo, pela vida e desenvolvimento da criança e pela continuidade do mundo. Essas duas responsabilidades de modo algum coincidem; com efeito, podem entrar em mútuo conflito. A responsabilidade pelo desenvolvimento da criança volta-se em certo sentido contra o mundo: a criança requer cuidados e proteção especiais para que nada de destrutivo lhe aconteça de parte do mundo.

Porém também o mundo necessita de proteção, para que não seja derrubado e destruído pelo assédio do novo que irrompe sobre ele a cada nova geração” (1972:235).

A família protege a criança do mundo, embora também muitas vezes dentro dos lares aconteçam inúmeras situações de conflitos e de abuso de poder, mas as escolas e creches são espaços de socialização para as crianças, ou assim deveriam ser. Esse espaço deve ser um espaço democrático e de construção de cidadania.

Para que assim, à família, o lar também possa ser um espaço de democracia, de respeito mútuo e de esperança para um mundo mais justo e humano, para isso é necessário conhecer o homem e o mundo em que vive para o universo infantil pensar ao menos qual parte lhe cabe deste mundo.

A partir da base teórica adotada é chegada a ocasião de expor a pesquisa, propriamente dita desenvolvida para este estudo, conforme segue no próximo capítulo.